GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Às quatorze horas do dia 08 de fevereiro de 2022, reuniu-se a 2.^a Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal (TARF), por intermédio de videoconferência, sob a Presidência da Sra. Conselheira Ana Claudia Macedo Rainha e presentes os Srs. Conselheiro Romilson Amaral Duarte, Rosemary Carvalho Sales, Fernando Antônio de Rezende Júnior, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira, Antonio Avelar da Rosa Schmidt e o Cons. Suplente Fernando Rodriguez Rosa, bem como os Srs. Representantes Fazendários Procuradores Lucas Terto Ferreira Vieira e Raimundo da Costa Santos Neto. Ausente, justificadamente, por motivo de férias regulamentares, o Conselheiro Paulo Bruno Ribeiro de Oliveira, sendo substituído pelo Cons. Suplente Fernando Rodriguez Rosa. Passando à pauta do dia, a Sra. Presidente apregou os seguintes recursos: **1. PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:** a) Processo 0128-000051/2017, Tributo ICMS, RV 41/2019, Recorrente UBER INSTITUTO DE BELEZA LTDA ME, Advogado Cleyber Correia Lima OAB/DF 35.055, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relatora Conselheira Rosemary Carvalho Sales. O Procurador manifestou-se oralmente, com base no §3.º do art 44, do Decreto n.º 33.268/2011, pelo conhecimento e desprovimento do recurso. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2.^a Câmara do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso para, também à unanimidade, dar-lhe provimento parcial, no sentido de reduzir de ofício o percentual da multa aplicada de 50% para 25%, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Redatora para acórdão a Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, por motivo de férias regulamentares, o Cons. Paulo Bruno de Oliveira, sendo substituído pelo Cons. Suplente Fernando Rosa. b) Processo 0127-005946/2015, Tributo ITCD, RV 140/2019, Recorrente NORIS COSTA DINIZ, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relator Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira. O Procurador manifestou-se oralmente, com base no §3.º do art 44, do Decreto n.º 33.268/2011, pelo conhecimento e desprovimento do recurso. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2.^a Câmara do TARF, **à unanimidade, em conhecer do recurso para, também à unanimidade, negar-lhe provimento**, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para acórdão o Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, por motivo de férias regulamentares, o Cons. Paulo Bruno de Oliveira, sendo substituído pelo Cons. Suplente Fernando Rosa. c) Processo 00040-00023511/2020-11, Tributo ITCD, REN 009/2020 Recorrente Fazenda Pública do Distrito Federal, Recorrido LUIZ PEREIRA LISBOA (Donatário DELCIMAR DURAES PEREIRA), Representante da Fazenda Procurador Edvaldo Nilo de Almeida, Relator Conselheiro Fernando Antônio de Rezende Júnior. A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do reexame necessário. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2.^a Câmara do TARF, **à unanimidade, em conhecer do recurso para, também à unanimidade, negar-lhe provimento**, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para acórdão o Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, por motivo

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

de férias regulamentares, o Cons. Paulo Bruno de Oliveira, sendo substituído pelo Cons. Suplente Fernando Rosa. Esgotada a pauta, foram discutidas e aprovadas as ementas dos acórdãos referentes aos seguintes recursos: RV 041/2019 (Ac. 005/2022), RV 140/2019 (Ac. 006/2022), RV 501/2017 (Ac. 007/2022) e REN 009/2020 (Ac. 008/2022). No momento indicado para indicações e propostas o Cons. Rycardo de Oliveira comunicou sua ausência na sessão de 11 de fevereiro e o Cons. Antonio Avelar comunicou sua ausência na sessão de 24 de fevereiro de 2022. A ata da sessão anterior foi aprovada. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, a Sra. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, 11 de fevereiro de 2022, sexta-feira, às quatorze horas. E, por nada mais constar, eu, Alessandra de Sousa, lavrei a presente ata, que será disponibilizada no SEI/GDF para assinatura dos participantes desta sessão de julgamento, após a devida aprovação em nova sessão.

ANA CLÁUDIA MACEDO RAINHA
Presidente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS